

## Seguro do campo

FREDERICO CAMPOS

Advogado, sócio do Frederico Campos Advogados

Cresci ouvindo que o seguro é um excelente produto, porém, apenas para as empresas seguradoras. A explicação sobre a formação desse conceito é simples: se estatisticamente – que hoje a terminologia correta é atuarialmente – o número de sinistros fosse maior do que o número de não sinistros, não existiria companhia de seguro sobrevivente no mercado. Por consequência, uma empresa que ganha muito dinheiro com o risco, financeiramente não é interessante para o segurador. Podemos utilizar o seguro de veículos como exemplo. Em média, o valor do seguro gira em torno de 10% do valor do bem segurado, o que impõe ao cálculo de que a cada 10 anos de seguro pago, o valor do automóvel terá sido desembolsado pela seguradora. Pensando que um cidadão comum conduzirá seu veículo aproximadamente 50 anos, para que o seguro fosse financeiramente vantajoso ele teria que ter um número superior à cinco sinistralidades com perda total ao longo desse período.

Quando vislumbramos a questão do seguro aplicado à agropecuária, o cálculo parece se tornar ainda mais grave. Em relação aos animais, o custo do seguro gira em torno de 20% do valor do animal segurado. Ocorre que, no cálculo frio do seguro não se apresenta a variável mais

significativa, o momento do sinistro para o pequeno produtor rural. Talvez o mero cálculo financeiro possa ser aplicado para um grande produtor, com um elevado número de propriedades rurais, com produção diversificada de animais, florestas, safra etc. Levando à realidade de que não há probabilidade de ocorrências de sinistralidades simultâneas em todos os produtos e

propriedades. Porém, no caso de um produtor individual, que só trabalha com uma produção por vez, a ocorrência de um único sinistro teria o condão de impor a perda da renda familiar, agregada à incapacidade de quitar o financiamento utilizado para o plantio realizado. Portanto, para esse produtor rural não tem espaço para correr riscos.

Atrémos ao raciocínio que para o seguro agropecuário direcionado ao agricultor familiar existe uma intervenção governamental quando ocorre algum problema com a safra ou a criação, e, ainda, o chamado Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), onde o custo operacional gira em torno de 1% do valor estimado. Além disso, o programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, direcionado para as safras de feijão, de milho, da segunda safra de trigo a subvenção chega a 70% do valor do prêmio. Mesmo considerando as faixas de subvenção mais baratas, para pecuária e floresta a subvenção atinge 30% do valor do prêmio. O governo federal disponibiliza ainda cobertura em praticamente todas as áreas de risco rural, sendo elas climatológicas, incêndio, vida animal, propriedades, equipamentos, armazenagem e transporte, tendo em todos os segmentos subvenção aplicada.

A tendência do governo federal é aumentar a proteção do patrimônio rural dos produtores, pois o setor está em constante crescimento. Um reflexo desse processo é o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 0,4% no segundo trimestre, em relação ao primeiro trimestre de 2012, o que confirmou que a agropecuária foi um dos setores que mais contribuíram para o aumento. O setor teve alta de 1,7% comparada ao segundo trimestre de 2011, destacando a produção de milho, café e algodão. Se pensarmos no risco financeiro puro, permanece a afirmação de que seguro é apenas um bom negócio para a seguradora. Porém, se ampliarmos a visão para o seguro rural chegamos à conclusão de que o seguro para o pequeno produtor, além de ser bom, é obrigatório e essencial.

# Economia em 2013

VÍTOR WILHER

Economista do Instituto Millenium

A

despite do Banco Central ter colocado a taxa básica de juros em sua mínima histórica, o nível de atividade não reagiu a contento. O PIB do 3º trimestre avançou apenas 0,6% em relação ao 2º. Em termos anualizados, crescemos abaixo de 3%, resultado condizente com uma taxa de investimento menor que 18% do produto. Fica a pergunta: as coisas tendem a melhorar nos próximos anos ou nos decepcionaremos ainda mais?

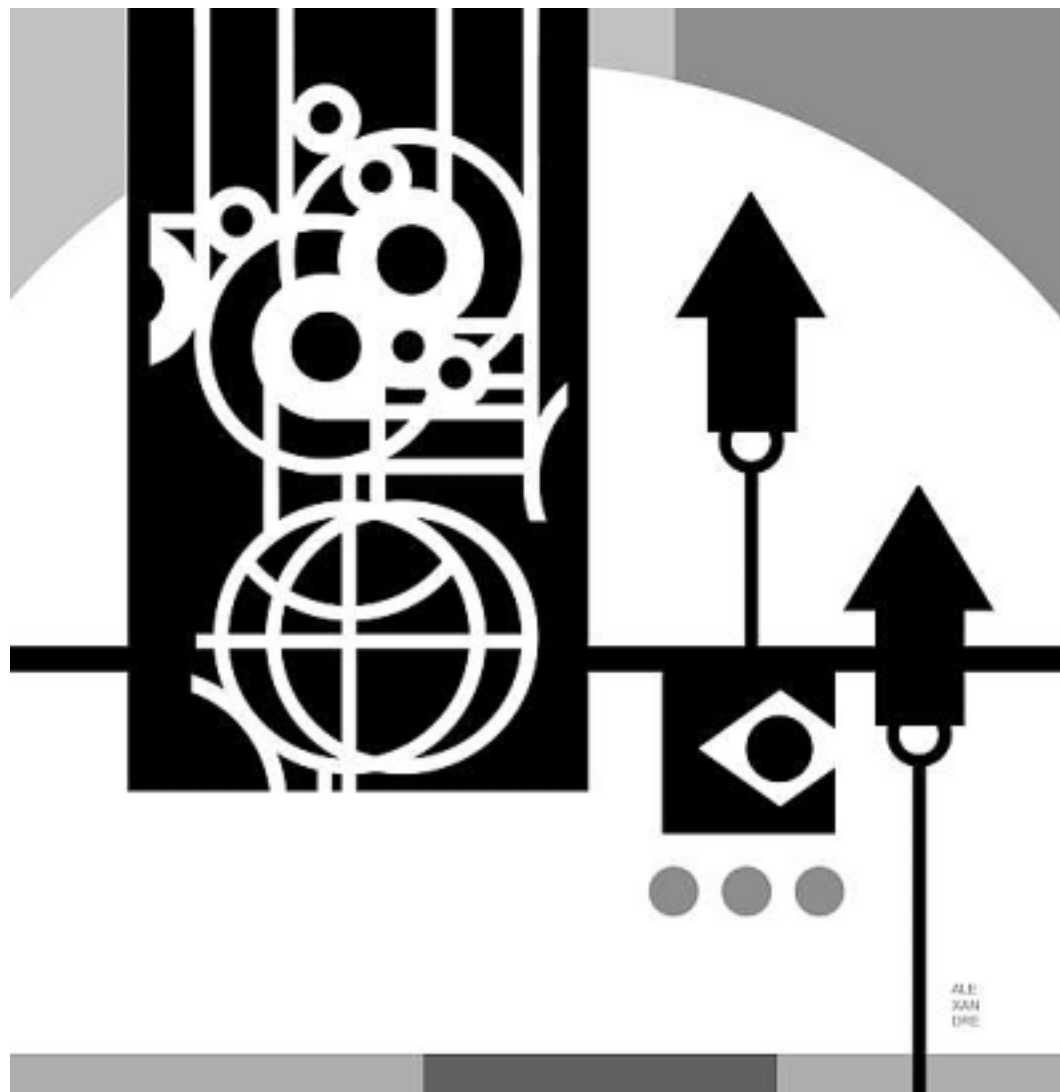
Primeiro, é preciso relativizar o resultado do 3º trimestre. Deve-se levar em conta que incentivos fiscais, monetários e cambiais têm grau de defasagem para fazer efeito sobre o nível de produção. Tal fato foi agravado no cenário atual, dada a existência de um estoque médio de endividamento das famílias beirando mais de 40% da renda em 12 meses. Apesar da queda das taxas de empréstimo para o menor nível em outubro último, o nível de inadimplência permanece teimosamente situado ao redor de 8% para pessoas físicas.

Como consequência direta disso, o canal de crédito, fundamental para a expansão 2003-2007, não está repassando a contento a redução da taxa básica. Já que o desemprego situa-se ao redor da mínima histórica e a massa salarial continua em expansão, espera-se que em algum momento o crédito se recupere, fortalecendo a tese de que é possível crescer ao redor de 3,5% em 2013. Nessa visão específica, as coisas podem melhorar em 2013.

Em paralelo à questão creditícia, é preciso considerar outros três itens. O primeiro é o cenário externo. No lado norte-americano: devemos nos preocupar seriamente com o abismo fiscal ou confiar no bom senso? No lado europeu: haverá bom senso na condução do acordo pró-integração ou as discussões continuarão emperradas? Conseguirá a China resistir ao freio do setor externo?

Dos três blocos, preocupa seriamente o imbróglio europeu, já que EUA e China têm soluções internas à disposição. Não se vislumbra resolução fácil dos problemas de integração no curto prazo. Não está claro se a Alemanha conseguirá impor contrapartidas de reformas e austeridade aos países em crise, necessárias para os pacotes de ajuda continuarem a ser oferecidos. Mesmo se fossem aprovadas, o efeito-crescimento dessas medidas se dá apenas em prazos dilatados. Assim, espera-se a continuação de nuvens carregadas no horizonte.

Outra questão será a capacidade de resposta do investimento em 2013. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cai na margem há cinco trimestres consecutivos, culminando em 2% de



### A taxa de juros está em sua mínima histórica, mas o nível de investimentos e a produtividade baixa comprometem o cenário

queda nesse 3º trimestre de 2012. As expectativas dos empresários parecem contaminadas tanto pelo desempenho tímido do consumo – devido ao estoque de endividamento – quanto pelo cenário externo claudicante. Espera-se que no horizonte 2013-2016 haja um ajuste de forças, resul-

tando na aceleração da taxa de investimento, com os eventos esportivos do período.

A terceira questão é a produtividade. Com a economia funcionando a pleno emprego, sem aumentos contínuos na taxa de produtividade, haverá desequilíbrios que interromperão o crescimento econômico brasileiro. Para evitar isso, é fundamental acelerar investimentos em infraestrutura e retomar reformas estruturais. Consolidar e executar a agenda de reformas interrompida na última década e também que a política econômica volte a ser previsível, isto é, menos discricionária e mais atrelada a regras claras.

Assim, 525 pontos-base depois, há ainda muitas dúvidas sobre a sustentabilidade do crescimento doméstico. É preciso equacionar uma conjuntura internacional difícil, problemas no lado da demanda e restrições no lado da oferta. Está claro, contudo, que a condução de uma política econômica anticíclica não deve ser encarada como *panaceia*. É necessário um pouco mais de sofisticação macroeconômica.

## PPPs na produção de remédios

NELSON BRASIL E MARCOS OLIVEIRA

Vice-presidentes da Associação Brasileira de Química Fina (Abqfina)

Uma das questões mais debatidas entre economistas e cientistas políticos é o papel que o Estado deve exercer na economia. Os liberais defendem um mínimo de intervenção estatal para que as leis de mercado possam atuar eficientemente, enquanto os desenvolvimentistas sustentam que a teoria do equilíbrio geral do mercado é um constructo teórico elegante, mas incapaz de funcionar adequadamente na esfera real, o que torna a intervenção do Estado essencial, argumento este que a história econômica do mundo comprova, inclusive com o desenrolar da crise sistêmica que vivemos desde 2008.

De forma geral, é aceito que o governo desempenhe três funções: fornecer bens e serviços públicos – segurança, educação, saúde, infraestrutura etc.; procurar estabelecer um padrão mínimo de equidade na distribuição social da riqueza e nas oportunidades de crescimento individual; e fazer uso de políticas monetárias e fiscais para alcançar a estabilidade dos preços, baixos níveis de desemprego e crescimento econômico satisfatório.

Os países da Europa, criadores do *welfare state*, não ficam atrás. Vão das parcerias entre empresas e governo na Suécia e Finlândia até o deslavado protecionismo europeu à sua produção agrícola e indústrias correlatas. A análise do processo de desenvolvimento de países do Leste Asiático, Japão, Coreia do Sul e China mostram com clareza o papel determinante do Estado na

condução de uma política exitosa de desenvolvimento econômico e social.

Uma das formas clássicas de intervenção do Estado na economia com propósitos de desenvolvimento é o uso do seu poder de compra. Para cumprir a sua função de provedor de bens e serviços públicos, o Estado é um grande comprador e a orientação que imprimir às suas aquisições pode ter um papel relevante de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e industrial.

Ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS), a Constituição estabeleceu também caber ao SUS participar da produção de medicamentos, equipamentos médico-hospitalares, produtos imunobiológicos e outros insumos, bem como incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área. Desde o início de suas atividades, o SUS constituiu-se em um modelo mundialmente admirado no que diz respeito à disponibilização de medicamentos e à prestação de serviços essenciais para a manutenção da saúde da população, porém o mesmo não ocorreu nas áreas de desenvolvimento tecnológico e na fabricação de produtos como preconizado pela Constituição, a despeito da notável exceção a essa regra constatada nos institutos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

Uma eficiente gestão pública em um sistema complexo como o SUS – que busca adquirir produtos modernos a preços reduzidos e ainda desenvolver tecnologias – resulta na necessidade de centralizar atividades de planejamento e, ao mesmo tempo, promover a participação dos laboratórios oficiais em parcerias estratégicas

com empresas privadas para desenvolver tecnologias e fabricar produtos destinados a atender as necessidades do SUS.

O crescimento e o envelhecimento populacional, o aumento da renda per capita e os avanços tecnológicos na saúde, resultam em maior demanda por produtos nessa área e, em decorrência, têm aumentado o déficit comercial dessa indústria, que hoje se situa no patamar de US\$10 bilhões/ano. A reversão desse perverso cenário econômico deverá ser alcançada por meio de uma estratégia para o desenvolvimento produtivo e tecnológico do complexo industrial da saúde lançada pelo governo federal através de três eixos: fortalecimento da política industrial, do parque produtivo e uso do poder de compra do Estado.

O programa, que se encontra em fase de implantação, prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão entre 2012 e 2015 nos laboratórios oficiais e resultará em benefícios ao país pela maior eficiência na regulação do mercado, no melhor atendimento aos objetivos prioritários da saúde e na regionalização dessa produção. Esse programa governamental deverá resultar para a saúde pública na modernização produtiva e gerencial dos laboratórios oficiais – utilização complementar de suas capacidades produtivas, na fabricação local e no desenvolvimento tecnológico de fármacos e medicamentos qualificados para o SUS, bem como no desenvolvimento de uma infraestrutura local público-privada dedicada à inovação tecnológica e à fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos estratégicos para a população brasileira.

## S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

**DIÁRIOS ASSOCIADOS**  
A vida com mais conteúdo

**SEDE**  
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,  
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

**TELEFONE GERAL**  
(31) 3263-5000

**ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**

Filial ao Instituto Verificador de Circulação **IVZ**

**SUCURSAL SÃO PAULO**  
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3372-0022 • Fax: (11) 3372-0045  
e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadosp@uaijgo.com.br

**SUCURSAL RIO DE JANEIRO**  
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde  
Tel.: (21) 2263-1945 • Fax: (21) 2263-2045  
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

### TELEFONES DE APOIO

**Redação**  
(31) 3263-5330

**Editorias:**  
**Gerais**  
(31) 3263-5244

**Política**  
(31) 3263-5293

**Economia e Agropecuária**  
(31) 3263-5103

**Espportes**  
(31) 3263-5313

**Internacional**  
(31) 3263-5301

**Opinião**  
(31) 3263-5373

**Cultura - TV - Pensar e Divirta-se**  
(31) 3263-5126

**Fotografia**  
(31) 3263-5214

**Turismo**  
(31) 3263-5333

**Informática**  
(31) 3263-5360

**Vrum**  
(31) 3263-5078

**Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades**  
(31) 3263-5048

**Feminino & Masculino**  
(31) 3263-5260

### SERVÍCIO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800  
Outras Localidades 0800 031 5005

### DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

### SERVÍCIO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830  
Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062  
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

### DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

### DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

### AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias: Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

### PARA ASSINAR LIGUE

Belo Horizonte  
(31) 3263 5800

Outras Localidades  
0800 031 5005

### TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2º o sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ (interior), ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

### PARA ANUNCIAR LIGUE

**Classificados**  
Pequenos Anúncios Fonados  
(31) 3228-2000

D.A. PRESS MULTIMÍDIA **D.A. DPRESS**

ATENDIMENTO PARA PESQUISA E VENDA DE CONTEÚDO:  
Por e-mail e telefone: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800 647 7377.  
Fax: (61) 3241.1595.

E-mail: dpress@dabr.com.br  
Site: www.dpress.com.br